

A nova consciência da importância de austeridade

A reunião conjunta do Ministério, realizada na manhã da última segunda-feira, durante a qual o presidente José Sarney recomendou energicamente a adoção de normas de austeridade na gestão dos gastos públicos, coincidiu com o anúncio de que o Brasil suspendera a moratória sobre os débitos externos. A coincidência pode ter sido fortuita, mas os dois fatos estão nitidamente relacionados.

Se o governo, nesta etapa, se mostra disposto a retomar as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com a condicionante de que não pode aceitar programas que coibam o crescimento da economia brasileira, tende, forçosamente, a colocar em prática uma política econômico-financeira austera. Só assim poderá afastar desconfianças quanto à sua própria capacidade de conduzir a administração, de modo a produzir, efetivamente, uma redução do déficit público. De outra forma, o governo se veria obrigado a aceitar um tipo de monitoramento pelos técnicos do Fundo, o que, evidentemente,

te, as autoridades têm todo empenho em evitar.

Nesse sentido, terá grande influência, se realmente acatada, a determinação presidencial para que o orçamento unificado para 1988 seja cumprido à risca. Qualquer modificação, como garantiu o presidente, só poderá ser feita com aprovação expressa do Congresso Nacional, e o ministro da Fazenda, em sua exposição, detalhou as medidas que o governo pretende tomar para controlar o orçamento da União e os dispêndios das empresas estatais, limitando-se ao mínimo os desembolsos do Tesouro Nacional.

Não parece haver dúvida, dadas as dificuldades do momento, de que o governo se verá obrigado não apenas a cortar gastos de custeio mas também investimentos. Em resposta a uma intervenção do ministro das Minas e Energia, que defendeu a manutenção de investimentos no setor energético, o presidente esclareceu que os cortes de investimentos serão feitos "seletivamente", não comprometendo os projetos de infra-estrutura básica.

Essa é uma posição compreensível diante das circunstâncias, mas, certamente, se o País não contar com poupança externa por algum tempo, o nível de atividade será afetado pela redução de investimentos, ainda que este não seja linear. Com isso, poderá haver repercussão sobre o nível de emprego, impondo à população novos sacrifícios.

Em face da gravidade da situação, torna-se indispensável que o governo procure restabelecer a sua credibilidade interna, agindo com máximo rigor para eliminar abusos e despesas supérfluas. E quanto a isso temos a certeza de que o governo do presidente José Sarney contará com o apoio maciço da população. Diversas pesquisas de opinião têm, aliás, mostrado com clareza que a massa do povo aprova medidas destinadas a eliminar gastos suntuários, favores especiais para determinados grupos e privilégios de que gozam certas camadas do funcionalismo público.

A opinião pública tomou conhecimento, por exemplo, durante a reunião ministerial, de que certos ministérios criaram, à re-

velia das normas em vigor, novas referências para fazer elevar os salários de seus servidores. Segundo o noticiário, o presidente reagiu indignado a essa informação, mostrando quanta coisa se passa na administração federal sem que os mais altos escalões sejam científicados.

Para evitar casos como esse no futuro, o presidente da República resolveu considerar cada ministro diretamente responsável por irregularidades que se verifiquem em sua área. Determinou ainda o chefe da Nação que os ministros façam uma devassa em suas pastas para detectar eventuais casos de contratações depois da quinta-feira da semana passada, quando foram congeladas por decreto-lei cerca de 40 mil vagas na administração.

Podem os mais céticos descrever das intenções do governo, outras vezes manifestadas sem resultados práticos. O que nos leva a confiar na adoção de um programa de austeridade, agora, é a consciência das autoridades de que, simplesmente, não há outra alternativa.